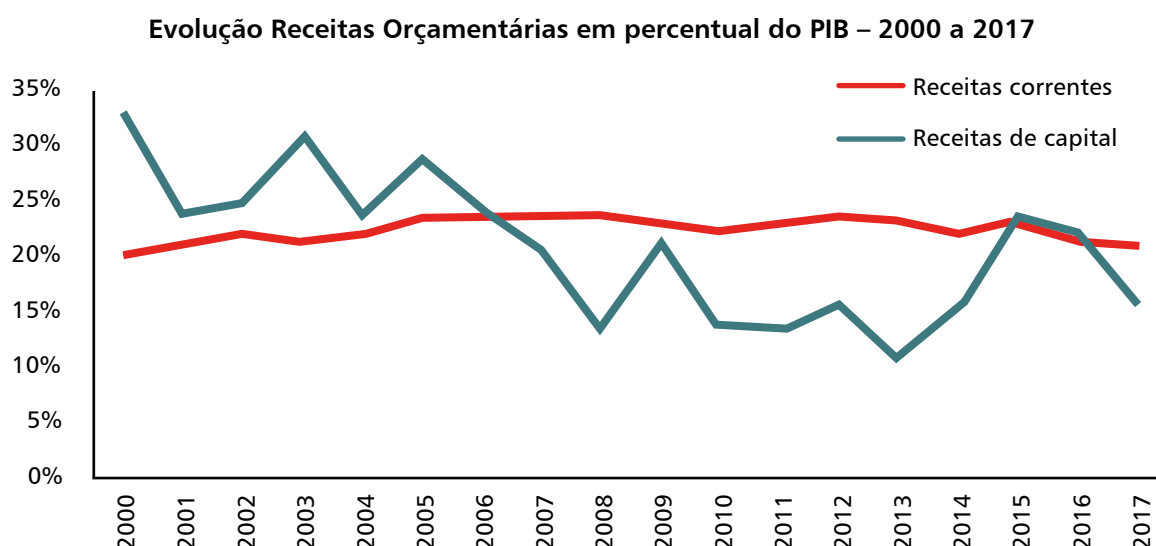


Para o exercício de 2017, a Lei 13.414/2017 (LOA 2017) estimou receitas e fixou despesas em cerca de R\$ 3,41 trilhões, tendo previsto um déficit do orçamento corrente de R\$ 368,03 bilhões, compensado por superávit no orçamento de capital.

Receita Orçamentárias

Foram arrecadados, em 2017, R\$ 2,58 trilhões, 24,3% a menos do que o previsto, o que representou R\$ 831 bilhões a menos em recursos para cobrir os gastos do governo. No entanto, apesar da arrecadação significativamente menor que o previsto, houve um aumento de 0,29% em relação ao exercício de 2016, com base em valores atualizados pelo IPCA, cujo principal fator foi a elevação de 6,4% em relação a 2016 na arrecadação das receitas de contribuições, responsáveis por 31,7% do total arrecadado.

O gráfico a seguir apresenta a evolução das receitas orçamentárias arrecadadas por categoria econômica, em percentual do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 2000 a 2017.



Fonte: Tesouro Gerencial e RREO Dez/2017, Balanço Orçamentário; Prestação de Contas do Presidente da República, p. 235.

As receitas correntes arrecadadas se mantiveram estáveis ao longo do período analisado, apresentando, em 2017, o mesmo percentual de 22% do PIB verificado em 2016.

Já as receitas de capital apresentaram grande variação no período. Os quatro componentes das receitas de capital que sofreram maiores variações foram: operações de crédito; resultado do Banco Central; remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional; e operações de crédito/refinanciamento internas e externas. Dessa forma, as receitas de capital caíram de 23% do PIB em 2016 para 17% em 2017.

Despesas Orçamentárias

Nos últimos anos, o maior desafio no campo das finanças públicas tem sido a recuperação da sustentabilidade fiscal, fortemente impactada pelos problemas estruturais relacionados à despesa - como o crescimento das despesas obrigatórias, especialmente as previdenciárias - e pela expressiva queda da arrecadação federal. Com isso, o espaço fiscal para as despesas públicas de natureza não obrigatória tem se reduzido de forma acentuada.

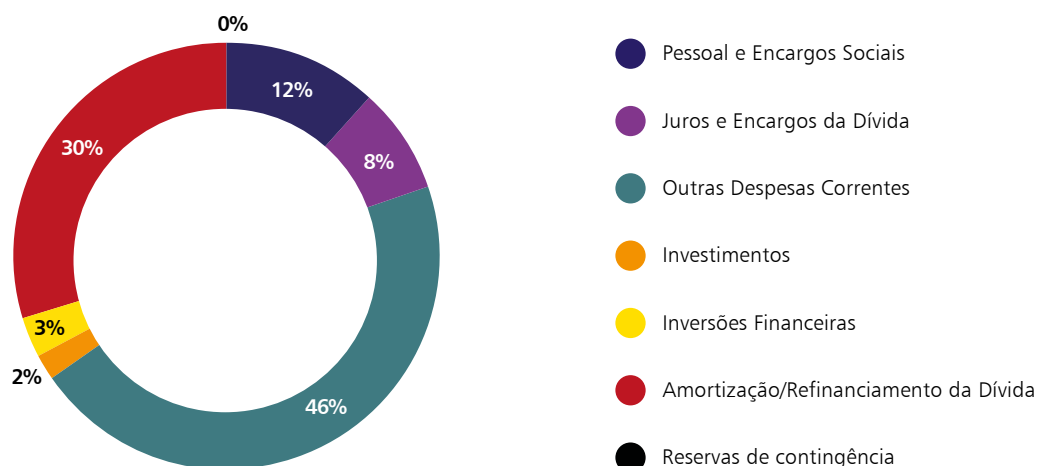
No exercício de 2017, a dotação atualizada da despesa alcançou R\$ 3,41 trilhões, tendo sido empenhados R\$ 2,58 trilhões (76% da dotação atualizada). Do total empenhado, em 96% houve o efetivo desembolso de recursos financeiros (pagamento). As demais despesas foram inscritas em restos a pagar processados e não processados.

Em comparação a 2016, o valor real empenhado em 2017 diminuiu 8,7%. Na verdade, entre 2006 e 2017, observou-se que o percentual empenhado em 2017 supera apenas o de 2006 - 68% da dotação.

Analisando-se as despesas por função, destaca-se que cerca de 76% do orçamento empenhado em 2017 referiu-se à execução de despesas relativas ao serviço da dívida pública, às transferências constitucionais e aos benefícios previdenciários.

Conforme demonstra o gráfico a seguir, cerca de 46% da despesa empenhada em 2017 se concentra no grupo "outras despesas correntes", que abrange, principalmente, despesas relativas ao pagamento de aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e a distribuição constitucional ou legal de receitas a outras unidades da federação.

Percentual Empenhado por Grupo de Natureza da Despesa – 2017

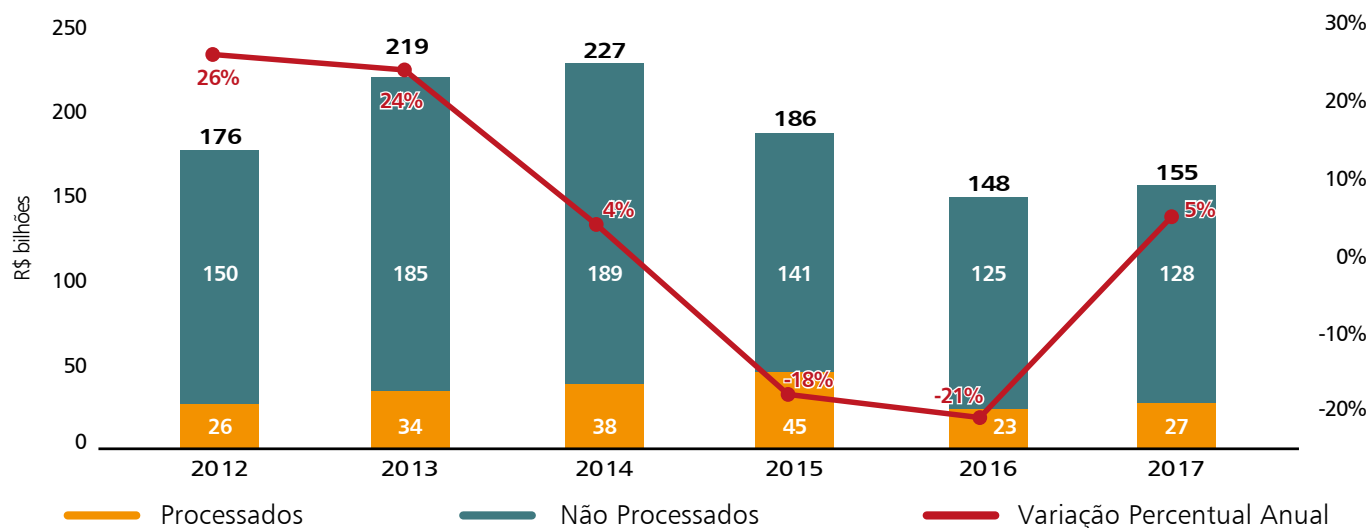


Fonte: Siafi.

Chama atenção o grupo de despesa "investimentos", por representar apenas 2% da execução do governo em 2017, que abrange as despesas orçamentárias com planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Ressalte-se que o gasto no grupo "investimentos" chegou, no máximo, a 4%, nos exercícios de 2010 e 2012, tendo sido 1% da execução em 2016. Esse quadro demonstra o baixo percentual de investimento que tem ocorrido no Brasil nos últimos anos, o que afeta negativamente o desenvolvimento do país.

Com relação aos restos a pagar, observa-se que o montante, ao final de 2017, teve elevação de cerca de 5% em relação a 2016, após dois anos consecutivos de expressiva queda, totalizando R\$ 155 bilhões.

Evolução Restos a Pagar – 2012 a 2017



Fonte: Siafi.